

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.s as demonstrações financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras. São Paulo, 05 de agosto de 2016 **A Diretoria**

BALANÇOS PATRIMONIAIS

 Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas	2016	2015	Passivo	Notas	2016	2015
Circulante		104.284	96.041	Circulante		103.398	54.996
Disponibilidades	4	1.482	2.522	Depósitos	9	22.750	10.364
Aplicações em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	25.688	10.225	Depósitos a prazo		22.750	10.364
Carteira própria		25.688	10.225	Recursos de aceites e emissão de títulos	9	75.312	39.294
Operações de crédito	6	68.041	74.496	Recursos de aceites cambiais		75.312	39.294
Setor privado		78.120	81.304	Outras obrigações		5.336	5.338
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)		(9.325)	(7.917)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		65	89
Outros créditos	7	4.187	5.568	Sociais e estatutárias		602	301
Diversos		4.187	5.568	Fiscais e previdenciárias	10a	1.649	2.378
Outros valores e bens	8	4.886	3.230	Diversas	10b	3.020	2.570
Bens não de uso próprio		530	207	Não Circulante		34.528	58.305
Despesas antecipadas		4.356	3.023	Exigível a longo prazo		1.309	17.720
Não Circulante		70.039	51.369	Depósitos	9	1.309	17.720
Realizável a longo prazo		56.855	41.170	Depósitos a prazo		1.309	17.720
Operações de crédito	6	59.085	45.189	Recursos de aceites e emissão de títulos	9	33.219	40.585
Setor privado		59.085	45.189	Recursos de aceites cambiais		33.219	40.585
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)		(2.984)	(2.910)	Patrimônio líquido	11	37.186	35.000
Outros créditos	7	8.567	4.218	Capital		27.500	27.500
Diversos		8.567	4.218	De domiciliados no País		27.500	27.500
Outros valores e bens	8	4.617	5.981	Reserva de Lucros		9.686	7.500
Despesas antecipadas		4.617	5.981	Total do passivo e patrimônio líquido		175.112	148.301
Permanente		789	891				
Imobilizado de uso		481	539				
Outras imobilizações de uso		1.126	1.052				
(Depreciações acumuladas)		(645)	(513)				
Intangível		308	352				
Ativos intangíveis		520	501				
(Amortizações acumuladas Intangível)		(212)	(149)				
Total do ativo		175.112	148.301				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

 Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ações)

	Notas	2016	2015
Receitas da intermediação financeira		26.554	23.660
Operações de crédito		25.409	22.795
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5b	1.145	895
Despesas da intermediação financeira		(17.037)	(13.971)
Operações de captação no mercado		(9.801)	(7.775)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6e	(7.236)	(6.196)
Resultado bruto da intermediação financeira		9.517	9.689
Outras receitas/Despesas operacionais		(7.021)	(6.458)
Receitas de prestação de serviços	13	5.252	3.981
Despesas de pessoal	14	(656)	(542)
Outras despesas administrativas	15	(9.395)	(7.556)
Despesas tributárias		(1.262)	(1.093)
Outras receitas operacionais		327	49
Outras despesas operacionais		(1.287)	(1.297)
Resultado operacional		2.496	3.231
Resultado antes da tributação sobre o lucro		2.496	3.231
Imposto de renda e contribuição social		(635)	(879)
Provisão para imposto de renda	12	(750)	(1.319)
Provisão para contribuição social	12	(610)	(799)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	725	1.239
Lucro líquido do semestre		1.861	2.352
Número de Ações		28.668.532	28.668.532
Lucro líquido por lote de mil ações - em R\$		0,06	0,08

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

 Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	2016	2015
Lucro líquido do semestre ajustado		8.180	7.759
Lucro líquido do semestre		1.861	2.352
Provisão para passivos contingentes		(285)	358
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(725)	(1.239)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6e	7.236	6.196
Depreciações e amortizações		93	92
Varição de ativos e obrigações		(18.004)	164
Aumento (redução) em aplicações interfinanceiras de liquidez		-	2.116
Aumento (redução) em T.V.M. e instrumentos financeiros derivativos		(9.745)	3.225
Aumento em operações de crédito		(8.149)	(5.859)
Aumento em outros créditos e outros valores e bens		(973)	(1.694)
Aumento em outras obrigações		863	2.376
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(9.824)	7.923
Aquisição de imobilizado de uso		(25)	(260)
Baixa de imobilizado de uso		-	27
Aplicações de intangível		(15)	(177)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(40)	(410)
Redução em depósitos Interfinanceiros		-	(1.141)
Redução em depósitos a prazo		(2911)	(21.988)
Aumento em recursos de aceites cambiais		12.636	23.147
Dividendos pagos		(699)	(5.000)
Juros sobre o capital próprio pagos		(1.162)	(1.046)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		10.484	(6.028)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		620	1.485
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	4	862	1.037
No final do período	4	1.482	2.522
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		620	1.485

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sob o título de "ajuste de avaliação patrimonial";

 iii) **Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre.

 d) **Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando-se a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando também os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As rendas das operações de crédito vendidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa faixa por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada pela Administração como

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

 Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Reserva de Lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutárias		
Saldos em 01 de janeiro de 2015		27.500	897	10.297	-	38.694
Lucro líquido do semestre		-	-	-	2.352	2.352
Destinações:						
Dividendos		-	(5.000)	-	-	(5.000)
Juros sobre o capital próprio	14	-	-	-	(1.046)	(1.046)
Transferência para reserva estatutária		-	-	1.188	-	1.188
Reserva legal	11c	-	118	-	(118)	-
Saldos em 30 de junho de 2015		27.500	1.015	6.485	-	35.000
Saldos em 01 de janeiro de 2016		27.500	1.183	8.503	-	37.186
Lucro líquido do semestre		-	-	-	1.861	1.861
Destinações:						
Dividendos		-	-	(699)	-	(699)
Juros sobre o capital próprio	11b	-	-	-	(1.162)	(1.162)
Transferência para reserva estatutária	11c	-	-	699	(699)	-
Saldos em 30 de junho de 2016		27.500	1.183	8.503	-	37.186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, ("Instituição"), tem como objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às sociedades de crédito, financiamento e investimento, bem como o exercício da administração de carteira de valores mobiliários.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e 11.941/09, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Foram adotados, para fins de divulgação, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que foram aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) e estão constando no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Instituição. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Instituição em 05 de agosto de 2016.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOADAS

As principais práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são:

 a) **Caixa e equivalentes de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.604/08 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 - "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo caixa e equivalentes de caixa os saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo original igual ou inferior a 90 (noventa) dias e apresenta risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) **Títulos e valores mobiliários:** De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i) **Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre;

ii) **Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento. Os ganhos e perdas não realizados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais)

suficiente, atende aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

e) Outros valores e bens: Representados substancialmente por bens não de uso próprio recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda. São ajustados ao valor de mercado quando este for menor que o custo contabilizado, por meio de constituição de provisão para desvalorização.

f) Despesas antecipadas: As despesas com comissões de intermediação de operações de crédito originadas até 01 de janeiro de 2015 são apropriadas de acordo com a resolução pelo prazo da fluência dos respectivos contratos. Nos casos de liquidação antecipada, baixa para prejuízo ou cessão sem retenção substancial de risco das operações de crédito que originaram as comissões, o montante da despesa antecipada relacionada a essas operações é reconhecida integralmente no resultado. A partir de 02 de janeiro de 2015, conforme circular 3.693/2013 do BACEN, as comissões pagas pela originação das operações de créditos, são reconhecidas ao resultado na fração de 1/3 no ato do registro no ativo, e o saldo restante durante o tempo de duração dos contratos, limitado a 36 meses. Os valores registrados no ativo com base na faculdade prevista no §1º da circular serão amortizados, de forma linear, no prazo de até 36 meses, ou imediatamente, quando da liquidação ou da baixa da respectiva operação.

g) Imobilizado de uso: O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das correspondentes depreciações acumuladas, as quais são calculadas pelo método linear de acordo com as seguintes taxas anuais: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; equipamentos de informática e veículos - 20% ao ano.

h) Intangível: O saldo do intangível corresponde aos gastos com aquisição e desenvolvimento de logicsais (softwares), e está demonstrado ao custo de aquisição, líquido da respectiva amortização acumulada, calculada pelo método linear à taxa anual de 20% ao ano.

i) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"): A revisão do valor contábil líquido dos ativos tem o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, deve ser constituída uma provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

j) Depósitos e recursos de aceites cambiais: As captações pré-fixadas estão atualizadas e demonstradas pelo valor principal, acrescido dos encargos decorridos até as datas dos balanços patrimoniais e as captações pós-fixadas, são atualizadas "pro-rata" dia até as datas dos balanços.

k) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 120, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária. A contribuição social sobre o lucro ajustado sobre o lucro ajustado na forma da legislação fiscal em vigor até 30 de agosto de 2015 foi calculada à alíquota de 15%. A medida provisória 675/15, convertida na Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, alterou a alíquota da Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 15% para 20%, a partir de setembro de 2015 e os valores foram apurados em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1.591.

l) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 31 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições: Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência. Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro foram constituídos sobre diferenças temporárias relativas à provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, sendo os seus efeitos registrados na rubrica "Outros créditos - diversos" com reflexo no resultado do exercício. Os créditos de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro serão realizados à medida que as diferenças temporárias se tornarem dedutíveis.

m) Estimativas contábeis: As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos, perdas por redução ao valor recuperável - impairment de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias: "Títulos disponíveis para venda" e "Títulos mantidos até o vencimento", ativos não financeiros e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

n) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais: Os passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e Carta Circular nº 3.429/10 do Banco Central do Brasil (BACEN). A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade, e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. E entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações.

• **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

• **Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;

• **Obrigações legais:** são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

o) Outros ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo: Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Instituição e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como realizáveis e exigíveis a longo prazo.

p) Apuração do resultado: As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

q) Lucro por ação: É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data do balanço.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

Descrição	2016	2015
Caixa	3	6
Depósito à vista	1.479	2.516
Total das disponibilidades	1.482	2.522

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) As aplicações em títulos e valores mobiliários, mantidos para negociação, estão compostas como segue:

Descrição	2016	2015
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.297	-
Livres - Cotas de fundos de investimentos (Sem vencimento)	23.391	10.225
Total	25.688	10.225

b) Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Descrição	2016	2015
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	142	-
Livres - Cotas de fundos de investimentos	1.003	865
Total	1.145	865

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDADAÇÃO DUVIDOSA

As operações de crédito apresentam a seguinte composição:

a) Composição bruta da carteira de operações de crédito por modalidade de operação:

	2016	2015
Operações de crédito		
Empréstimos e títulos descontados	13.788	15.986
Financiamentos	123.417	110.507
Total	137.205	126.493
Parcela de curto prazo	78.120	81.304
Parcela de longo prazo	59.085	45.189

b) Diversificação bruta da carteira por faixa de vencimento:

	2016	2015
A vencer		
De 1 a 30 dias	45.512	45.461
De 31 a 90 dias	30.383	27.774
De 91 a 360 dias	53.608	45.436
Total	129.503	118.671
Vencidas		
De 1 a 30 dias	3.111	2.780
De 31 a 90 dias	1.408	1.207
Acima de 90 dias	3.183	3.835
Total	7.702	7.822
Total da carteira bruta	137.205	126.493

c) Diversificação da carteira por segmento de mercado:

	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Pessoas físicas	123.743	90,19	112.570	88,99
Pessoas jurídicas	13.462	9,81	13.923	11,01
Total	137.205	100,00	126.493	100,00

d) Diversificação bruta da carteira por nível de concentração:

	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	4.475	3,26	5.602	4,43
50 seguintes maiores devedores	4.568	3,33	7.779	6,15
100 seguintes maiores devedores	3.097	2,26	3.180	2,51
Demais devedores	125.065	91,15	109.932	86,91
Total	137.205	100,00	126.493	100,00

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: Nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e de 2015, a provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou a seguinte movimentação:

Descrição	2016	2015
(=) Saldo inicial	10.859	10.219
(+) Constituição	7.236	6.196
(-) Créditos de operações de créditos baixados para prejuízo efetivo	(5.786)	(5.588)
Total	12.309	10.827

Em 30 de junho de 2016, o risco da carteira bruta de clientes estava assim distribuído:

	2016		2015		
Nível de risco	Porcentual de provisão	Curso normal	Total bruto da carteira	Provisão bruta da carteira	Provisão
A	0,5	101.026	-	505	92.658
B	1	6.806	750	7.556	76
C	3	9.967	878	8.845	265
D	10	4.043	820	4.863	486
E	30	2.542	614	3.156	947
F	50	1.878	645	2.523	1.262
G	70	1.067	495	1.562	1.094
H	100	4.174	3.500	7.674	6.300
Total		129.503	7.702	137.205	126.493

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída na quantia considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos. As operações de crédito contam, invariavelmente, com garantias de avais, fianças, alienação fiduciária de veículos, imóveis e outros bens, etc. A recuperação dos valores transferidos para prejuízo correspondeu no semestre o montante de R\$ 723 (R\$ 667 em 2015).

7. OUTROS CRÉDITOS

A composição de outros créditos diversos está assim demonstrada:

	2016	2015
Adiantamentos e antecipações salariais	19	14
Devedores diversos	153	82
Créditos tributários	11.401	8.531
Impostos e contribuições a compensar	1.181	1.159
Total de outros créditos	12.754	9.786
Parcela de curto prazo	4.187	5.568
Parcela de longo prazo	8.567	4.218

8. OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não destinados a uso: Correspondentes a veículos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento. São ajustados a valor de mercado, de acordo com as normas vigentes. Em 30 de junho de 2016 seus saldos totalizavam R\$ 530 (R\$ 208 em 2015).

b) Despesas antecipadas:

	2016	2015
Comissão sobre colocação de LC	278	210
Custos de originação de operações de crédito	8.673	8.775
Outras	22	19
Total de despesas antecipadas	8.973	9.004
Parcela de curto prazo	4.356	3.023
Parcela de longo prazo	4.617	5.981

As comissões pagas pela originação das operações de créditos até 30 de junho de 2016, serão reconhecidas durante o tempo de duração dos contratos, com prazo médio a decorrer previsto em 36 meses. Os valores de apropriação são calculado pelo método linear.

9. DEPÓSITOS A PRAZO (DPGE) E RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS POR FAIXA DE VENCIMENTO

	2016			2015		
Prazo	Depósito a prazo (i)	Letras de câmbio	Total de captação	Depósito a prazo (i)	Letras de câmbio	Total de captação
Até 30 dias	8.606	4.604	13.210	-	852	852
De 31 a 60 dias	3.601	4.049	7.650	1.242	5.310	6.552
De 61 a 90 dias	2.961	8.028	10.989	-	2.519	2.519
De 91 a 360 dias	7.582	58.631	66.213	9.122	30.613	39.735
Acima de 360 dias	1.309	33.219	34.528	17.720	40.585	58.305
Total	24.059	108.531	132.590	28.084	79.879	107.963

(i) Composto por aplicações em DPGE R\$ 21.251 (R\$ 28.084 em 2015) e em Recibo de Depósito Bancário - RDB no montante de R\$ 2.808 (R\$ 0 em 2015).

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias:

Descrição	2016	2015
Provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	1.359	2.118
Demais tributos a recolher (PIS, COFINS, ISS e outros)	290	260
Total	1.649	2.378

b) Diversas:

Descrição	2016	2015
Despesa de pessoal	152	118
Despesa de comissões	276	218
Provisão para passivos contingentes (i)	1.642	749
Fornecedores	305	586
Diversos	356	415
Operações a liquidar	289	484
Total	3.020	2.570

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais)

(i) **Provisão para passivos contingentes:** Durante o curso normal de seus negócios, a Instituição está exposta a certas contingências e riscos. A provisão para contingências é estabelecida por valores atualizados, para questões trabalhistas, tributárias e civis em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, para os casos em que a perda é considerada provável. Em 30 de junho de 2016 as contingências provisionadas estão relacionadas a processos trabalhistas no montante de R\$ 519 e contingências de processos civis R\$ 633. As declarações de rendimentos da Instituição estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes aos períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação pelas autoridades fiscais. O montante dos processos em andamento em que a Instituição figura como réu, cujas probabilidades de perda, segundo nossos assessores jurídicos são consideradas como possíveis monta em R\$ 332 (R\$ 73 em 2015).

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 30 de junho de 2016 e de 2015, o capital totalmente subscrito é constituído por 28.668.532 ações ordinárias, sem valor nominal no valor total de R\$ 27.500.

b) Juros sobre o capital próprio: Durante os semestres foram provisionados e pagos juros de capital próprio no montante a seguir:

Descrição	2016	2015
Juros sobre o capital próprio	1.162	1.046
IRRF	(174)	(157)
Líquido	988	889

c) Reservas de lucros: A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

d) Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3 do artigo 202 da lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

a) A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com efeito no resultado do semestre considerando as principais movimentações ocorridas pode ser assim demonstrada:

	2016	2015
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro antes do JCP	2.496	3.231
(-) Juros sobre o capital próprio reduzidos da conta lucros acumulados conforme movimentação evidenciada na DMPL (1.162)	(1.162)	(1.046)
Adições		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.236	6.196
Outras	450	677
Total das adições	7.686	6.873
(Exclusões)		
Reversão de perdas em operações de crédito dedutíveis	(5.525)	(3.681)
Outras	(447)	(52)
Total das exclusões	(5.972)	(3.733)
Base do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro	3.048	5.325
Despesa de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro no semestre (Alíquota integral de 45% (40% em 2015))	(1.360)	(2.118)
(-) Ativo fiscal diferido (créditos tributários) e receita de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro do semestre	725	1.239
Total de despesa líquida de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(635)	(879)

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	2016		2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	23.281	23.281	20.118	20.118
Provisões para contingências	1.642	1.642	749	749
Demais provisões temporárias	414	414	460	460
Total das diferenças temporárias	25.337	25.337	21.327	21.327
Total do crédito tributário	6.334	5.067	5.332	3.199

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias: Todos os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade da entidade e expectativas de resultados futuros, em atendimento às condições das Resoluções nºs 3.059/02 e 3.355/07 do BACEN e referem-se principalmente às diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e da contribuição social. Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

	Expectativa de realização					
	2016	2017	2018	2019	2020	Total
%	15,06%	19,59%	21,03%	21,26%	23,06%	100,00%
IRPJ	954	1.240	1.332	1.347	1.461	6.334
CSLL	763	993	1.066	1.077	1.168	5.067
Valor em 30/06/2016	1.717	2.233	2.398	2.424	2.629	11.401

Em 30 de junho de 2016 os valores presentes desses créditos tributários montam a R\$ 7.595, considerando-se a taxa Selic de 14,25% ao ano.

d) Movimentação dos créditos tributários:

	Saldo em 31/12/2015	Consti-tuição	(Realiza-ção)	Saldos em 30/06/2016
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.706	770	-	10.476
Provisões para contingências	867	40	(168)	739
Demais provisões temporárias	103	93	(10)	186
Total dos créditos tributários	10.676	903	(178)	11.401

13. RECEITA DE SERVIÇOS

	2016	2015
Tarifa de cadastro - Desconto	137	128
Tarifa de cadastro - Veículos	4.999	3.709
Reembolso tarifa cartório	67	88
Outros receitas de serviços	49	56
Total	5.252	3.981

14. DESPESA DE PESSOAL

	2016	2015
Remuneração	358	293
Encargos	105	95
Benefícios	140	130
Treinamento	50	20
Outras provisões	3	4
Total	656	542

15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2016	2015
Despesas com serviços de terceiros (a)	2.000	2.077
Comissões e prêmios (b)	4.170	2.677
Despesas de serviços técnicos especializados (c)	1.389	1.176
Despesas de serviços do sistema financeiro (d)	455	445
Despesas de processamentos de dados	329	302
Despesas de alugueis	66	162
Despesas de comunicação	144	142
Despesas de propaganda e publicidade	30	3
Despesas com depreciação e amortização	93	92
Despesas de transporte	48	47
Despesas de serviços de vigilância e segurança	-	33
Acordos e ações judiciais	35	68
Custas judiciais	71	71
Contingências trabalhistas	350	22
Outras	215	239
Total	9.395	7.556

(a) Referem-se principalmente a despesas com serviços de despachantes e serviços de cobrança.

(b) Referem-se principalmente a despesas com comissões pagas a Correspondentes no país.

(c) Referem-se principalmente a despesas com serviços de gravames.

(d) Referem-se principalmente a despesas bancárias.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, de mercado e de liquidez, os quais estão definidos a seguir:

- **Risco de crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados;
- **Risco de mercado:** relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de mercados de taxas de juros dentro do País, que geram reflexos nos preços dos ativos e passivos negociados nos mercados;
- **Risco de liquidez:** relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da Instituição, em obter recursos para honrar seus compromissos.

Gerenciamento do risco operacional: Risco Operacional é definido pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros, decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição. A estrutura de gerenciamento do Risco operacional implantada permite identificar, monitorar, mensurar e comunicar riscos operacionais. Os principais componentes da estrutura de gerenciamento de risco operacional incluem a formalização dos eventos incorridos em ambiente sistêmico isolado (e-gov), auto-avaliação e reavaliação de controles e os indicadores dos processos relevantes, que asseguram a comunicação efetiva dos eventos de controle e suas ações corretivas à alta administração.

Estrutura de gerenciamento de risco de capital: De acordo com a Resolução nº 3.988/2011 do Conselho Monetário Nacional, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de: Monitoramento e controle de capital mantido pela Instituição; Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita; Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. A estrutura de Gerenciamento de Capital deverá auxiliar a Administração com informações consistentes que forneçam uma visão detalhada dos perfis de risco da Instituição e do Capital requerido para fazer frente a cada tipo de risco, apresentar alternativas para mitigar desvios, manter a Administração atualizada sobre a regulamentação vigente. A responsabilidade da Administração abrange ainda necessidade de revisão anual e aprovação das premissas da Estrutura de Gerenciamento de Capital. O gerenciamento desses riscos é efetuado por meio de

controles que permitem o acompanhamento diário das operações quanto às diretrizes e limites estabelecidos pela Administração, sendo que não estão previstas em suas políticas operações que não objetivem "hedge" de suas posições ativas e passivas. As informações estão disponíveis no site: www.santanafinanceira.com.br. Em 30 de junho de 2016 e de 2015, a Instituição considerou como aceitável a exposição dos riscos e não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho 2016, decorrentes de operações com partes relacionadas, cujos controladores são os acionistas do Grupo Santana estão demonstrados a seguir:

a) Saldos com sociedades ligadas:

	2016		
	Santana	C.J.J	
	Factoring	Empreendi-	
	Fomento	mentos	
	Comercial	Imobiliários	
	Shopcred		
	Promotora de		
	Vendas Ltda.	Ltda.	Ltda.
Passivo	113	1.162	-
Recursos de aceites cambiais	-	1.162	-
Obrigações por títulos cambiais	-	1.162	-
Outras obrigações	113	-	-
Diversos	113	-	-
Despesas (2.138)	(89)	(43)	(43)
Despesas com captação	-	(89)	-
Despesas de aceites cambiais	-	(89)	-
Despesas administrativas (2.138)	-	-	(43)
Despesa de aluguel	-	-	(43)
Despesas com prestação de serviços	(2.138)	-	-

b) Saldos com partes relacionadas: Os saldos com partes relacionadas (acionistas, familiares, diretores e sociedades ligadas aos acionistas ou familiares), relativos à captação de recursos constantes nas rubricas de recursos de aceites cambiais totalizam R\$ 23.093 (R\$ 21.927 em 2015), e são remunerados a uma taxa que varia entre 118% a 125% do CDI e 16,50% pré-fixada, de acordo com o prazo da aplicação.

c) Remuneração dos empregados e administradores: Em atendimento à Resolução CMN 3.750/09 e o Pronunciamento Técnico - CPC 05 Divulgação de Partes Relacionadas, a Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento definiu como pessoal-chave os membros da Diretoria. O montante global anual da remuneração da diretoria é distribuído conforme determina o Estatuto Social e definido em Assembleia Geral. No semestre findo em 30 de junho de 2016 o montante total pago aos Diretores foi de R\$ 131 (R\$ 80 em 2015). A Instituição não concede planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para a diretoria e a Administração.

18. INDICADORES DE RISCO (BASILEIA) E LIMITES OPERACIONAIS

	RS
Basileia III - Indicadores de Risco	jun/16
Patrimônio de Referência	37.093
Patrimônio de Referência - Nível I	26.003
Capital Principal - CP	37.093
Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA - (Nível I) - (a)	58.518
RWAopad - Risco Operacional	58.518
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	269.372
PR Mínimo requerido para o RWA (b)	26.600
Margem sobre o Patrimônio de Referência (a-b)	10.493
Adicional de Conservação de Capital Principal	1.694
Adicional de Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA - (c)	1.694
Margem para Verificação do Adicional de Capital Principal - (d)	10.493
Margem sobre o Adicional de Capital Principal (d-c)	8.809
Índice Basileia	13,77%

(i) A partir de 1º de outubro de 2013, através das Resoluções nºs 4.192 e 4.193 do CMN, implantou-se nova metodologia de apuração de 11% do RWA (Risk Weight Asset) com base no Patrimônio de Referência.

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Valores em garantia: As garantias prestadas por clientes somam R\$ 289.427 (R\$ 258.939 em 2015).

b) Remuneração de correspondentes no país: A Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento a partir de 02/01/2015 passou a aplicar os procedimentos para contabilização da remuneração de correspondentes no país estabelecidos pela Circular nº 3.693, de 20/11/2013 e Circular nº 3.738, de 11/12/2014, ambas editadas pelo Banco Central do Brasil.

c) Perdas no recebimento de créditos: A Lei nº 13.097/2015, publicada em 20/01/2015, resultante da conversão, MP nº 656/2014, promoveu diversas alterações na legislação tributária federal, das quais se destacam a alteração do Art. 9º da Lei nº 9.430/96, que altera as regras de dedução fiscal das perdas nos recebimentos de créditos para os contratos inadimplidos a partir de 08/10/2014. Permanecem inalteradas as regras para os créditos vencidos anteriormente a esta data.

d) Outros serviços prestados pelos auditores independentes: Informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras da Instituição não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, nos quais o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.



Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ nº 05.503.849/0001-00

★ continuação

A DIRETORIA

Gilberto Veiga de Novais
Contador - CRC 1SP206578/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos: Administradores e Acionistas da

Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das

demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santana S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 05 de agosto de 2016



**RSM Fontes Auditores
Independentes - Sociedade Simples**
CRC 2SP-030.002/O-7

Luiz Cláudio Fontes

Contador -
CRC 1RJ-032.470/O-9 "T" PR "S" SP
Rodrigo Fernandes Lopes
Contador - CRC SP-262277/O-7